

A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR: O PROPEDÊUTICO E O ARTICULADO

Liéte Oliveira Accácio (UENF)

2-História e Profissão Docente

A comunicação objetiva analisar a organização da Escola Secundária como parte do conjunto de escolas que compõem a instituição de formação de professores denominada Instituto de Educação do Distrito Federal, no período da década de trinta do século XX. Busca demonstrar que essa organização pretende atender às exigências sócio-educacionais do momento assinalado, prevendo um contexto futuro, segundo a perspectiva dos fundadores da instituição. A criação da Escola data de 1932 com a transformação da Escola Normal em Instituto de Educação pelo Decreto nº 3.810, de 19 de março, que regula a formação técnica de professores primários, secundários e especializados para o Distrito Federal, com prévia exigência do curso secundário.

Os decretos reguladores do espaço escolar expressam, no campo pedagógico, o poder do direito, oriundo do Estado, na construção da realidade social, delimitando instâncias de atuação. O Diretor Geral de Instrução Pública Anísio Teixeira conquista espaço na conjuntura política dos anos de 1930 e investe na transformação do instrumento jurídico em prática, ampliando as instituições que devem influir na formação do educador profissional. Busca obter, na formação do professor primário, a separação total do curso secundário geral ou preparatório em relação ao curso profissional ou pedagógico (em nível superior) e a equiparação do valor da escola preparatória à escola secundária federal, dando acesso aos cursos superiores, um dos objetivos de luta dos reformadores.

O Ministro de Educação e Saúde Pública Francisco Campos reconhece e concede inspeção federal à Escola Secundária do Instituto de Educação, formalizado por meio de Avisos que assinalam o perfeito plano de adaptação dessa Escola à legislação federal. A conjuntura, entretanto, não é favorável e o Conselho Nacional de Educação manifesta-se contra a validade da inspeção concedida, indicando a resistência de grupos do poder federal ao espaço conquistado pela atuação dos reformadores na máquina governamental. Apesar disso, algum tempo depois, em junho de 1934, há intenção de dar situação privilegiada à Escola Secundária do Instituto de Educação através de sua

federalização, por projeto de decreto do próprio Ministro de Educação, defendido por Lourenço Filho junto a Anísio Teixeira, mas que não chega a ser aprovado.

A Escola Secundária do Instituto de Educação corresponde à parte propedêutica ou de estudos gerais do antigo programa da Escola Normal, acrescentado de algumas matérias e mais desenvolvido. Já a Escola de Professores oferece o ensino pedagógico profissional correspondente ao ensino pedagógico daquela antiga Escola, mas em bases novas, orientadas no sentido da profissionalização do educador, constituindo uma transformação na formação do professorado da capital do país. O ato implica em substituição do curso não diferenciado da Escola Normal por cursos graduados com currículo mínimo de oito anos. Forma-se um conjunto abrangendo cinco anos de curso fundamental e um ano de curso complementar na Escola Secundária, mais dois anos na Escola de Professores. Assim, a Escola Secundária, a Escola de Professores de nível superior e a Escola de Aplicação, composta de Escola Elementar e Jardim de Infância formam um só estabelecimento, o Instituto de Educação do Distrito Federal.

Em 1932, Carlos de Sá, o diretor da Escola Normal, fica à frente da Escola Secundária e Lourenço Filho assume a direção geral do Instituto de Educação e a direção da Escola de Professores, tornando o sistema coordenado para o objetivo final de formação do magistério. O diretor do conjunto superintende, ainda, o Jardim de Infância e a Escola Elementar - escolas de demonstração e prática de ensino que compõem a Escola de Aplicação - que, por sua vez, tem como diretor Orminda Isabel Marques, professora que coordena a Prática de Ensino na Escola de Professores (LOURENÇO FILHO, 1934). As inter-relações administrativas e pedagógicas assinalam um conjunto harmônico, com ligações que possibilitam o desenvolvimento de uma mesma linha filosófica e pedagógica em todos os níveis. A organização sofre influência americana, como nas funções do diretor, de organização dos cursos, programas, orientação do ensino e determinação de normas do regime escolar não fixadas em lei.

Poucos dias após a publicação do Decreto que cria o Instituto de Educação, a base da estrutura está organizada e Lourenço Filho chancela a indicação de professores para chefiar seções na Escola Secundária. Mostra experiência administrativa e eficiência na organização de uma burocracia oficial da educação, no papel de intelectual especializado na escola que atende às necessidades emergentes de racionalização burocrática dos anos 30 e 40. Carlos Sá, que fora substituído, interinamente, em alguns períodos, por D. Maria Amélia Daltro Santos, subdiretora da Escola Normal, assume a direção da Escola

Secundária, mas licencia-se logo após, sendo substituído por Mário Paulo de Brito. Esse último, membro da Associação Brasileira de Educação, desenvolve atividades políticas desde o governo Arthur Bernardes e colabora com Lourenço Filho em idéias e propósitos educacionais. Portanto, o Instituto de Educação - organizado como um sistema completo de educação em todos os graus - representa experiência de formação profissional com padrão mais elevado de cultura do mestre primário e foco de ação e irradiação do movimento dos reformadores da educação brasileira. Utiliza, experimentalmente, os métodos e processos da Escola Nova com atuação empenhada de Lourenço Filho.

A administração eficiente e cuidadosa do Diretor do Instituto de Educação, dirigida e apoiada pelo Diretor de Instrução, consegue reduzir o custo por aluno que na Escola Secundária fica por 786\$985 e na Escola de Professores 602\$138 (O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, 1934). A organização sem excessos de pessoal docente e administrativo, com prédio próprio e verbas cuidadosamente e competentemente manejadas favorece a diminuição de custos.

1. O Ingresso na Escola Secundária do Instituto de Educação

Vindas de bairros distantes típicos de moradia das classes populares e média baixa urbanas como Bangu, Jacarepaguá, Cascadura, Deodoro, Piedade, Engenho de Dentro, Madureira, Irajá, Realengo, Santa Cruz, Marechal Hermes, Campo Grande, Braz de Pina, Del Castilho, Rocha Miranda e até de município contíguos, S. João de Meriti, Nilópolis, Turiassu locomovendo-se de trem, usando passes obtidos com abatimento, chegam diariamente ao Instituto de Educação muitas alunas. Outras usam os passes de bonde, também comprados com abatimento, ou o bonde especial que as leva de volta, às 5 horas da tarde, para o Engenho de Dentro, Méier, Piedade, Riachuelo. De Niterói e da Ilha Governador, outras se locomovem de barca (ACCÁCIO, 1993). Há também as moradoras de bairros de classe média da zona sul e norte do Rio de Janeiro e algumas chegam de automóvel trazidas por familiares. A Caixa Escolar encarrega-se de eliminar as diferenças na vida escolar, doando uniformes completos e todo o material às que não podem comprá-lo, proibidas de comentá-lo com colegas e professores, que não sabem quem são as "alunas da Caixa" (IBID).

Assim, buscado por alunos oriundos de famílias de classe média, média baixa e operária que se sentem atraídas para o novo Instituto - a cujos méritos se soma a deficiência de bons educandários na Capital - há elevado número de concorrentes nos exames de admissão ao 1º ano da Escola Secundária, a única forma de ingresso no

Instituto de Educação. Composto em sistema fechado, apesar da equivalência com as demais escolas secundárias a do Instituto de Educação não permite a matrícula de alunos por transferência, assim como só permite o ingresso na Escola de Professores daqueles que cursaram a sua própria Escola Secundária. Cumpre, assim, sua função propedêutica, como única via de acesso ao curso de nível superior oferecido na Escola de Professores. Lourenço Filho considera que a Escola Secundária possui uma função seletiva e vocacional (O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, 1934). Esses fatos trarão o ônus de certa elitização do Instituto de Educação, seja em termos da origem dos alunos ou do valor atribuído à escola, mas atendem a intenção de obter melhor qualidade na formação do professor primário. Para Mário de Brito (1934), não cabe ao Instituto de Educação papel direto na ampliação do atendimento à demanda por educação através da matrícula de grande número de alunos, mas um papel multiplicador. O movimento renovador opera a modificação dos métodos para cuja execução é necessário um novo professor. Para o jovem diretor cabe escolher entre os candidatos à Escola Secundária os que apresentem maiores probabilidades de sucesso no magistério, beneficiando o corpo docente primário municipal. Mário de Brito, atenuando a importância atribuída, no exame de admissão à Escola Secundária, aos fatores eugênicos, alega aceitar candidatos que apresentam perturbações da saúde ainda removíveis por tratamento adequado. O tratamento é propiciado por médicos no próprio Instituto de Educação, o que permite que alunos sem condições financeiras tenham o atendimento necessário, na intenção de atender o espírito escolanovista de fornecer oportunidades iguais para todos. Contraditoriamente, a opção fecha as portas do Instituto de Educação à parcela significativa de alunos que não preenchem as condições físicas e intelectuais exigidas, por não terem tido as oportunidades que os reformadores pretendem estender a todos. Dos alunos habilitados nas provas de ingresso, muitos vieram diretamente da Escola Primária Pública, mas em geral tiveram o apoio de um curso de férias, do estudo com parentes, ou de cursos organizados especificamente para preparar candidatos ao exame de admissão para o Instituto de Educação.

Lourenço Filho e Mário de Brito iniciam, também, a aplicação de testes nos exames de admissão. O primeiro observa que, nos Estados Unidos, as idéias de renovação escolar sempre foram caracterizadas por rigorosa aplicação científica, com criação de laboratórios de pedagogia experimental. Enfatiza a necessidade de verificação objetiva do valor dos elementos e resultados do trabalho escolar, por meio de técnicas da pedagogia experimental, e recomenda o uso de testes pedagógicos ou de escolaridade. Em relação ao diagnóstico mental, considera que a psicologia experimental obteve meios objetivos de

classificar os indivíduos - os testes psicológicos - com valores fixados após investigações bioestatísticas. Desse modo, para ele, se chega à organização racional de classes homogêneas e ao ensino seletivo e diferenciado. Assim, a valorização crescente dos testes de inteligência, na Escola Secundária do Instituto de Educação, se observa em seu caráter eliminatório e uso como primeiro critério de desempate na classificação, consolidados nas disposições sobre a Escola Secundária (DECRETO Nº 5.000, 1934). Lourenço Filho transforma, dessa maneira, os atributos objetivos dos candidatos em propriedades que os definirão e determinarão enquanto alunos.

Nota-se, nesse momento inicial do Instituto de Educação, uma mescla entre o uso de instrumentos de avaliação objetivos e tradicionais, pois, embora julgados de difícil aplicação, considera-se necessário familiarizar o professorado com os primeiros que, para Anísio Teixeira (1934), poderiam levar à percepção do aluno como unidade de ensino. Instrumentos de individualização do ensino, ou, para Lourenço Filho (1927), instrumentos de certeza, critério objetivo da ciência, os testes servem para transformação dos processos de ensino em uso e para substituição de critérios subjetivos de julgamento pelos mestres, embora sem prescindir, inteiramente, deles. Entretanto, a individualização liberal revelou-se difícil de atingir no ensino de massa e a certeza desconheceu todos os elementos intervenientes que a própria ciência apontou no decorrer do tempo, levando ao questionamento dos testes. Todavia, a iniciação do uso dos instrumentos objetivos de medida não impede a persistência dos instrumentos subjetivos tradicionais, que não sofrem descrédito nem descaracterização no Instituto de Educação, durante a década de trinta e largo período posterior que ainda sofre a influência dos reformadores.

Tantas barreiras acrescidas ao exame de admissão fazem decrescer o número de aprovações: 268 em 1933 para 949 candidatos, e 172 em 1934 para 861. A progressiva diminuição de candidatos inscritos e aprovados reforça, em Mário de Brito (!934), a percepção da inutilidade de tentarem o concurso candidatos mal preparados e da necessidade de elitização intelectual do magistério primário. Assim, vencer a barreira do exame de admissão ao Instituto de Educação, na época, representa uma experiência vivida por poucos e revestida de valor por seus participantes e pela comunidade.

Há rapazes entre os alunos da Escola Secundária, já que o Instituto de Educação destina-se a atender ambos os sexos, sendo a co-educação um dos aspectos defendidos pela Escola Nova e ponto de debates e divergências com a Igreja Católica. Segundo os escolanovistas, se a escola deve funcionar como centro de vivência comunitária que expresse a própria vida, homens e mulheres não podem estar separados,

mas em pé de igualdade frente às oportunidades sociais, evitando-se as discriminações, o que torna inclusive mais econômica a organização da escola. Já os católicos consideram que a co-educação leva à promiscuidade, colabora na obra de dissolução da família, contraria os princípios da moral cristã, só admitindo a coabitação de moças e rapazes no mesmo prédio em classes separadas.

A Igreja, nesse momento impregnada por ideologia de traços antiliberais, empenha-se em cruzada para recuperar sua antiga hegemonia, estabelecendo com o Estado autoritário uma relação de troca e compromisso. Em sua atitude conservadora coloca-se em posição contrária às transformações sociais, pois essas habitualmente deslocam interesses e eliminam privilégios legais e sociais. Na Assembléia Nacional Constituinte os católicos assumem posição oposta à educação sexual pelo Estado, ao exame pré-nupcial obrigatório, à equiparação dos filhos legítimos aos ilegítimos, à exigência de concursos para estabelecimentos de ensino particulares, à liberdade da propaganda ideológica, à laicidade e gratuidade da educação (LIMA, 1935).

Entretanto, há limitação do número de rapazes a dez por cento das vagas, no exame de admissão (DECRETO Nº 5.000, 1934), o que pode ser percebido como aceitação preconceituosa do magistério primário feminino pela similitude ao papel de mãe, ou como destinação dos rapazes a uma elite diferenciada do magistério, ocupante de cargos de comando dos órgãos administrativos. Observa-se, entre a quase totalidade dos formandos do sexo masculino da Escola Normal, o abandono posterior do magistério primário e dedicação a outras atividades de maior prestígio social e melhores perspectivas econômicas, assim como a ocupação de cargos de inspeção escolar e assessoria dos gabinetes de administração pública. (LEMME, 1988). Além da formação de uma elite dirigente, na elite intelectual do magistério, há a possibilidade de aceitação da tese da inteligência da mulher em níveis inferiores, disseminada no século XIX mas ainda difundida na época. Entretanto, essa última hipótese não é compartilhada por professores que percebem e estimulam a inteligência das alunas, em turmas organizadas por classificação nos exames de admissão, sendo a de níveis mais altos apelidada dos gazes nobres.

O ensino da Escola Secundária possui uma organização diferenciada, de forma a promover a unidade nas disciplinas afins, reunidas em grupos que compõem seções, impedindo, através de uma articulação horizontal, que o conhecimento seja fragmentado. Cada seção é chefiada por professor designado pelo Diretor de Instrução,

mediante proposta do Diretor da Escola Secundária, apresentada pelo Diretor Geral do Instituto de Educação. Essa estrutura hierárquica, assemelha-se a dos atuais departamentos universitários e diferencia-se da estrutura de cátedras, pois não há vitaliciedade, sendo o professor chefe escolhido e designado por três anos, podendo ser reconduzido ou destituído pelo Diretor do Instituto de Educação (DECRETO Nº 5.000, 1934). Os professores chefes são também regentes e algumas vezes o único da seção e a organização representa uma valorização financeira do professor titulado ou concursado.

O corpo docente, que em 1932 possui, em sua composição, Professores e Professores Assistentes, unifica-se em 1933 na categoria de Professor, com os mesmos vencimentos anteriores (mantidos em 1934) de 13:200\$000 (treze contos e duzentos mil réis) por doze horas de trabalho semanais. A chefia de disciplina faz jus a uma gratificação anual de 2:400\$000, e o professor chefe de Seção recebe 19:200\$000. A primeira pode ser requerida pelo professor - sendo designado o que alcançar melhor classificação - juntando provas de condições adequadas de exercício do cargo, de aperfeiçoamento cultural, técnico e de ensino (DECRETO Nº 4.489, 1933). Delineia-se, assim, uma organização da carreira de magistério, que permite, por méritos e tempo de permanência na profissão, acesso a melhorias independentes de indicações políticas.

Os professores contam com o auxílio, em seu trabalho, de conservadores, preparadores e monitores. Aos conservadores compete zelar pela guarda e cuidados com o material a seu cargo em cada gabinete da Escola Secundária (de Física, Química, Higiene, História Natural), mantendo um inventário completo, além de auxiliar o trabalho do professor. Aos preparadores incumbe preparar todo o material necessário ao ensino dos professores das mesmas disciplinas e auxiliá-los nas aulas práticas. Serão contratados por prazo de um ano, mediante proposta do professor chefe e reconduzidos sempre que indicados e o permita a proposta orçamentária, durante o período de Anísio Teixeira.

Os monitores, que percebem 90\$000 (noventa mil réis) mensais, são recrutados especialmente entre alunos da 6ª série que se tenham destacado no aproveitamento da disciplina. A pequena remuneração é objeto de reivindicações de melhoria, mas representa boa ajuda para muitos, além da vantagem de serem computados junto aos membros do corpo docente. Atuam em atividades de ensino prático, como as experimentações que sucedem às aulas teóricas dos professores de ciências físicas e biológicas. O clima de autogestão, liberdade com responsabilidade permeia o dia a dia da Escola Secundária no contato com farto material, manuseado por todos, que enriquece e esclarece os temas tratados..

A palavra elogiosa ao antigo Instituto de Educação mostra-se tão entusiasta e unânime (especialmente em confronto com os dias atuais), que custa ultrapassá-la para perceber as inevitáveis dificuldades do cotidiano, inerentes a uma realidade educacional que se renova e busca se impor dentro de um contexto político que não é facilitador. Para Anísio Teixeira, Diretor de Instrução Pública do Rio de Janeiro nos anos de 1930, cabe à escola pública a difusão do ideal democrático em seu conteúdo social e político. A tentativa de estabelecer uma instituição escolar com uma organização diferenciada do que existe na época tem êxito transitório, embora deixe marcas que perduram por longo tempo na história da educação brasileira. As articulações pedagógicas e administrativas permitem a impregnação das idéias democráticas por toda a unidade escolar. A unificação da entrada na escola por um exame de admissão único, tornando a Escola Secundária propedêutica, como fase preparatória e indispensável ao acesso à Escola de Professores de nível superior reforça sua organização, objetivando melhor formação do professor para a escola pública. Entretanto, o clima de oposição entre as correntes do mundo pedagógico, os conflitos entre as diferentes percepções das funções sociais da escola impedem a continuidade das intervenções que alteram as relações de poder nas instâncias educacionais do Distrito Federal. Desse modo, os organizadores da instituição percebem encontrar-se em uma das batalhas da educação brasileira, necessitando ter êxito no Distrito Federal para enfrentar obstáculos mais amplos na tentativa de renovação da educação nacional. A pesquisa histórica desenvolvida usa como referencial teórico os escritos dos reformadores da educação e baseia-se na análise de fontes primárias oriundas da época tratada entre as quais a legislação educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCÁCIO, Liéte Oliveira. Instituto de Educação do Rio de Janeiro: A História da Formação do Professor Primário. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993
- BRITO, Mário de. A Admissão à Escola Secundária. Arquivos do Instituto de Educação. Rio de Janeiro, v.I, n. 1, p.27-30, jun., 1934
- DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 4.489, de 11 de novembro de 1933
- DISTRITO FEDERAL Decreto nº 5.000, de 11 de julho de 1934. Consolida a legislação sobre a Escola Secundária do Instituto de Educação e dá outras providências.
- LEMME, Paschoal. Memórias. São Paulo: Cortez Editora/ INEP, 1988
- LIMA, Hermes. Problemas do Nosso Tempo. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1935.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. A Escola de Professores do Instituto de Educação. Arquivos do Instituto de Educação. Rio de Janeiro, v.I, n. 1, p.15-26, jun., 1934

_____. Introdução ao Estudo da Escola Nova. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1927

O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. Arquivos do Instituto de Educação. Rio de Janeiro, v.I, n. 1, p.8, jun., 1934

TEIXEIRA, Anísio. Educação Pública: Administração e Desenvolvimento. Boletim de Educação Pública, v. IV, n. 11, jul-dez, 1934.